



Aspectos Sócio-Econômicos da Mão-de-Obra na Cacaucultura Baiana

SALVADOR DAL POZZO TREVIZAN

Boletim Técnico 77

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA
Vinculada ao Ministério da Agricultura

**Centro de Pesquisas do Cacau
km 22, Rodovia Ilhéus—Itabuna
Bahia, Brasil**

1980

BOLETIM TÉCNICO

1970:

Distribuição por permuta

Endereço para correspondência

CEPLAC

Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC)

Caixa Postal 7

45.600 – Itabuna, Bahia, Brasil

Tiragem: 3.000 exemplares

Boletim Técnico 1

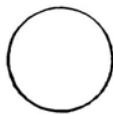
1970

Ilhéus, Comissão Executiva do Plano

da Lavoura Cacaueira, 1970 –

22,5 cm

1. Cacau – Periódicos. I. Comissão Executiva do
Plano da Lavoura Cacaueira, ed.



CDD 630.7405



Aspectos Sócio-Econômicos da Mão-de-Obra na Cacaucultura Baiana

SALVADOR DAL POZZO TREVIZAN

Boletim Técnico 77

**Centro de Pesquisas do Cacau
km 22, Rodovia Ilhéus-Itabuna
Bahia, Brasil**

1980

ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA MÃO-DE-OBRA NA CACAUCULTURA BAIANA

*Salvador Dal Pozzo Trevizan **

INTRODUÇÃO

A idéia da carência de mão-de-obra na cacauicultura baiana tem-se generalizado entre produtores e técnicos ligados a esta cultura. Desde há muito que isto é tema de lamentações por parte do produtor, mas estas queixas parecem ter se avolumado de tal forma, nos últimos anos, a ponto de merecer o interesse do CEPEC, como centro de pesquisas, e da CEPLAC, como uma organização envolvida no crescimento econômico e desenvolvimento regional. Este interesse se concretiza por uma dupla imposição: atingir os objetivos propostos pelo PROCACAU (1) e uma mudança na forma de avaliar e conceber os elementos implicados no processo produtivo. Carecemos, entretanto, de pesquisas para uma idéia segura quanto a este problema, embora já se tenham desenvolvido estudos a respeito. Sem informações, qualquer política adotada neste setor poderá gerar consequências indesejadas em termos sócio-econômicos para a região.

Mão-de-obra é um fator de produção e sua importância se acentua quanto mais as técnicas de produção sejam absorvedoras da mesma. Este é o caso da cacauicultura baiana, e o aspecto "carência" da força de trabalho humano é o que nos envolve neste estudo.

* Sociólogo M.S., Pesquisador Assistente da Divisão de Socioeconomia.
CEPEC-CEPLAC.

Sob a denominação "aspectos sócio-econômicos" pretende-se pesquisar, analisar e descrever variáveis que, possivelmente, estejam associadas ao fator "carência" da mão-de-obra.

Os objetivos e hipóteses fundamentam-se na literatura encontrada, nos debates e na observação pessoal.

É abundante a literatura (mesmo que se limite aos estudos realizados no meio rural brasileiro) analisando variáveis associadas ao fenômeno "alocação" ou "liberação da mão-de-obra no meio rural. A redução da mão-de-obra no campo tem sido frequentemente relacionada com a capitalização da lavoura, pressão demográfica, baixo nível de renda per capita no campo, legislação rural, fatores climáticos adversos e ocupação de novas fronteiras agrícolas*.

Estas variáveis determinam uma realocação da mão-de-obra que se efetua através de movimento migratório. As migrações se realizam por razões que envolvem o aspecto econômico como fator crucial.

A região cacauieira da Bahia parece, no entanto, apresentar peculiaridades quanto ao comportamento da mão-de-obra. RAMALHO (4) observa que intensa migração rural-urbana, variação na intensidade do uso da tecnologia e implantação e renovação de cacauais, são condicionantes básicos da escassez de mão-de-obra para esta região. A peculiaridade manifestada é a carência

* Sobre estes temas, veja-se por exemplo:

GONZALEZ, E. & BASTOS, M. O trabalho volante na agricultura brasileira. Curitiba, SOBER, 1975.

MELLO, Maria da Conceição D'Jucão. Boia-fria, acumulação e miséria. Rio de Janeiro, Vozes, 1975.

MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 1975.

SZMRECSANY, Tomas et alli. Vida rural e mudança social. São Paulo, Ed. Nacional, 1973.

de mão-de-obra com a intensificação da tecnologia no cultivo do cacau, quando a literatura geralmente aponta a introdução de nova tecnologia como um elemento de liberação do trabalhador no campo.

Consideram-se, por vezes, os movimentos migratórios como determinados por um processo histórico de industrialização e urbanização. Conforme COSTA (3), "as migrações internas correspondem ao processo de mobilidade setorial de mão-de-obra e estão intimamente ligados ao desenvolvimento econômico". Segundo referência do mesmo autor, para SCHULTZ e SJAASTAD, o migrante é racional no aspecto econômico e capaz de ver as vantagens que a migração lhe trará. Na mesma obra, COSTA refere-se às leis migratórias enunciadas por RAVENSTEIN, onde se encontra a "predominância de fatores econômicos" como determinante deste movimento. Estudos de iniciativa da OIT indicam que "o baixo nível de renda nas atividades agrícolas e seu diferencial em relação às atividades urbanas "é tido universalmente como o motor das migrações internas. No Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira, REIS (5) registra que 45,78% dos trabalhadores entrevistados emigram na "tentativa de melhores condições de vida".

Nesta perspectiva, pode-se ver que as migrações se dão por força de expulsão do campo. Esta expulsão é gerada pela desocupação que se dá de formas variadas ou pela insatisfação com o nível de vida no meio rural.

Nestas condições, "aspiração" não é a razão da procura, uma vez que o objeto procurado é tal por não haver condições de escolha. Pressupõe-se, pois, que a mobilidade física do trabalhador está em função de sua segurança sócio-econômica. Tal mobilidade implicará, necessariamente, no sistema produtivo, pois trata-se de alocação de um fator de produção que poderá em determinados momentos, refletir sobre os custos de produção.

Nossa preocupação volta-se, pois, para o estudo de alguns aspectos sócio-econômicos que se apresentam

significativos quanto ao suprimento de força humana de trabalho.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Fornecer subsídios de caráter sócio-econômico às políticas que visam a suprir a cacauicultura de mão-de-obra suficiente.

Objetivos específicos

- 1) Analisar aspectos relativos à divisão do trabalho e carência de trabalhador, conforme o tipo e condições de trabalho.
- 2) Analisar aspectos referentes à origem ou localização da mão-de-obra na cacauicultura da Região, em termos quantitativos e qualitativos.
- 3) Analisar o mercado de trabalho para o trabalhador do campo (poder de barganha do trabalhador rural na região cacaueira).
- 4) Analisar as aspirações do trabalhador rural.

HIPÓTESES

Algumas hipóteses são colocadas como orientadoras da pesquisa:

- a) a carência de mão-de-obra na cacauicultura é relativa aos diferentes tipos de trabalho e às condições de trabalho;
- b) o trabalhador rural dispõe de um crescente mercado de trabalho, aumentando seu poder de barganha com o empregador, dificultando a

contratação, a não ser mediante o acréscimo de maiores benefícios para o trabalhador;

- c) as aspirações do trabalhador rural são de caráter econômico, e tais aspirações determinam os movimentos migratórios.

MÉTODO E TÉCNICAS

O trabalho não estabelece rigidez metodológica referente às técnicas de amostragem e controle de variáveis, por tratar-se de um estudo descritivo e exploratório*. Preservam-se, no entanto, condições que possam atender aos objetivos propostos.

A amostra é estabelecida de forma não probabilística. Sua amplitude é determinada, no caso das firmas construtoras, pela porcentagem com relação ao todo (pelo menos 50%) e pela relevância da construtora, indicado pela amplitude das obras que a envolvem no local (Ilhéus-Itabuna); quanto à amostra entre proprietários (ou administradores) a amplitude é determinada pela variação de respostas obtidas: quanto mais uniformes as respostas, menos numerosa a amostra. Isto, até atingir um número de entrevistadores suficientes para perceber a tendência do comportamento das variáveis em estudo.

* "Exploratório", por ser uma busca de maiores informações a fim de levantar hipóteses sobre o problema em questão, daí a ausência da rigidez, própria da pesquisa científica; "descritivo", por ser também uma caracterização de uma classe social (o trabalhador rural) e, neste caso, sem a utilização de hipóteses específicas a serem testadas, embora utilizem-se algumas como orientação da pesquisa. Esta conceituação procede da caracterização de SELLTIZ (6), quanto aos objetivos da pesquisa.

O levantamento dos dados é de forma diversa, tanto no que se refere às fontes de informação quanto às técnicas de obtenção.

Utilizou-se um roteiro de entrevistas e a observação direta, junto aos proprietários (ou administradores), nas fazendas de cacau. Com a mesma técnica de entrevistas obtiveram-se dados nas organizações de Engenharia Civil em atuação nos centros urbanos de Itabuna e Ilhéus, junto à administração da empresa, com pessoa responsável pelo setor de pessoal da mesma.

Utilizaram-se, ainda, dados existentes nas prefeituras municipais destes dois centros, relacionados à construção civil. Dados secundários existentes na CEPLAC também foram utilizados.

A fonte de informação foi determinada pelo tipo de dados a serem obtidos. Assim, para obter informações sobre a divisão do trabalho, utilizaram-se dados fornecidos por pesquisas já realizadas na Divisão de Socioeconomia (DISEC). Quanto à mão-de-obra nas diferentes atividades da cacauicultura, origem ou localização da mesma, em termos quantitativos e qualitativos, e condições de trabalho, os dados foram obtidos através de entrevistas com fazendeiros ou administradores de cacau em diversas regiões do norte, centro e sul da Região, além de informações complementares junto ao Departamento de Extensão (DEPEX), Divisão de Estudos Especiais (DIVES) e Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira (EMARC). Informações sobre o mercado de trabalho, fora do meio rural, buscaram-se nas empresas de Engenharia Civil e Prefeituras Municipais de Itabuna e Ilhéus. Para a análise das aspirações do trabalhador foram utilizados dados secundários existentes na literatura.

CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS

Alguns conceitos merecem esclarecimentos, quanto ao sentido com que estão sendo abordados.

Sócio-econômico

Informações sobre aspectos sócio-econômicos da mão-de-obra na Região Cacaueira da Bahia referem-se à renda do trabalhador ou aspectos que estejam diretamente relacionados com ela.

Divisão do trabalho

É a diversidade de atividades especializadas, que para sua execução depende de certo treinamento e, por isto, são exercidas apenas por determinados trabalhadores da fazenda.

Condições ambientais

O ambiente onde atua o trabalhador pode exercer, juntamente com outros fatores, forte influência sobre a satisfação no trabalho. Esta, por sua vez, determina geralmente o índice de mobilidade do trabalhador. As condições ambientais são, pois, as condições de facilidade ou dificuldade que o ambiente onde se realiza o trabalho oferece. Bons critérios indicadores destas condições podem ser os aspectos sanitários, residência, segurança e intensidade no trabalho. Entretanto, para este estudo, consideram-se as condições residenciais (carência ou não de residência).

Localização da mão-de-obra

Como "localização", entende-se a identificação do local dentro da região cacaueira onde se encontra mão-de-obra disponível, carente em outros locais da mesma região.

Mercado de trabalho

A campanha de intensificação de práticas mais eficientes na cacauicultura e a ampliação de área

geográfica desta produção, juntamente com a busca de alguma diversificação de cultura agrícola, parecem em princípio ampliar o mercado de trabalho. Juntamente com isto, acrescente-se o aparente e recente dinamismo no setor de construção civil no meio urbano no eixo Itabuna-Ilhéus. Este setor é mais uma forma de ampliação do mercado de trabalho e, note-se, numa possível forma de concretizar as aspirações daqueles trabalhadores insatisfeitos com o modo de vida e trabalho no meio rural. Teoricamente, parece, pois, ampliar-se o mercado de trabalho na Região Cacaueira da Bahia, ampliando-se com isto o poder de barganha do trabalhador, pelo menos a curto prazo.

Remuneração da mão-de-obra

É o nível salarial, em dinheiro, para diferentes atividades exercidas pelo trabalhador.

ANÁLISE

A realidade rural não é um fenômeno estanque e desvinculado do contexto geral. Ela participa de um todo que se desenrola em dois meios intimamente encadeados: meio urbano e meio rural.

Este estudo dedica alguma atenção às duas realidades, como instrumento de um melhor diagnóstico do problema em questão.

O meio rural

Baseados no Mapa de Vegetação da Região Cacaueira, percorreram-se municípios produtores de cacau que podem ser centralizados em três núcleos. Ao norte: Gandú, Ipiaú, Ibirataia, Ibirapitanga e Ubatã; no centro:

Itabuna, Itajuípe, Ilhéus, Ubaitaba e Uruçuca: ao sul: Camacã, Mascote, Una e Juçari.

Entrevistaram-se proprietários de fazendas de cacau ou responsáveis pela administração do trabalho nas mesmas, nesses municípios, totalizando 55 empresas..

A amostra foi intencional enquanto se tomavam empresas que demonstravam uma produção não inferior a 2 mil arrobas de cacau, partindo-se do pressuposto de que uma baixa produção não utiliza mão-de-obra, a não ser a familiar, e que, quanto maior a empresa, maiores as possibilidades de apresentar carência de força para o trabalho. Enquanto a seleção das empresas se fez alternadamente e obedecendo certa distância de uma para outra, a amostra tornava-se aleatória.

Embora se possa admitir que a amostra levantada seja numericamente pequena, mesmo que não probabilística, para o problema aqui estudado não se apresenta necessária uma amostra elevada, uma vez que, dentro de certa área geográfica, o problema normalmente se manifestou com as mesmas características.

Com base nos dados assim levantados, foram analisados aspectos sócio-econômicos do meio rural na cacauicultura.

A propalada carência de mão-de-obra na cacauicultura baiana não se apresenta muito evidente diante dos dados. Quando se manifesta, associa-se à presença de fatores como rotatividade e qualidade do trabalhador, e aspectos relacionados ao nível de vida na fazenda.

O meio rural apresenta, entretanto, uma queixa generalizada por parte dos empregadores com relação à alta rotatividade e à qualidade do trabalhador. A rotatividade parece acentuar-se mais entre trabalhadores solteiros (vivem sozinhos). Daí o maior interesse, em geral, em contratar trabalhador com família, o que dificulta a mudança frequente de um lugar para outro. Por outro lado, a contratação com família implica em

maiores condições residenciais. Há então, um dilema para o produtor: ou aparelhar sua fazenda com maiores condições habitacionais ou sujeitar-se à instabilidade do trabalhador. A primeira situação implica em maiores investimentos em favor do trabalhador; a segunda é um risco de frustração do produto. Importante seria dispor de dados referentes ao valor das perdas resultantes da falta de trabalhadores.

Em termos percentuais, não é de muita expressão o número de empresas rurais onde se manifesta a referida carência. Apenas 27% das mesmas apresentaram demanda maior do que a oferta, e 73% não têm dificuldades em obter este fator de produção. Destas últimas, 10% apresentaram superoferta de trabalhador.

Nas 27% que manifestaram dificuldades de mão-de-obra, isto se verifica de forma relativa, isto é, uma carência que não se dá pelo reduzido número de trabalhadores em si. Dentre as razões que se apresentam como limitadoras da mão-de-obra na fazenda estão: a qualidade, ou seja, o baixo nível de produtividade do trabalhador (33%), falta de casas na fazenda para abrigar trabalhadores com suas famílias (27%), insatisfação com a remuneração, por parte do trabalhador (27%); outras razões (13%).

Além destes fatores, há o problema do isolamento. Isto não parece ser em relação a centros urbanos, mas em relação às vias de transporte.

A presença de rodovia asfaltada, onde a circulação é intensa, parece favorecer à presença da mão-de-obra. Quando se manifesta a carência, isto praticamente sempre ocorre na medida em que as fazendas se distanciam das importantes vias de transportes, pois os 27% de fazendas que apresentam carência de mão-de-obra se localizam isoladas do asfalto, e as reclamações quanto ao problema parecem intensificar-se à medida que aumenta este isolamento.

Quanto à origem, o trabalhador é, na sua quase totalidade, local ou de municípios vizinhos, ou veio

de outras regiões mas que reside há mais tempo na localidade. As poucas vezes que se manifestaram trabalhadores vindos de outras regiões, estas parecem ser regiões de transição da cultura cacauzeira para outra. Duas regiões apresentaram vestígios de ser fornecedoras de trabalhadores para a cultura do cacau: ao norte da região do cacau, a zona de Jequiê; ao sul, a zona de Eunápolis.

A cultura cacauzeira apresenta acentuada divisão do trabalho. Entende-se por isto o fato de que, apesar de existirem atividades que não exigem especialidade técnica, próprio do setor rural, há atividades que exigem preparo especial. Tais são, por exemplo, as atividades de balizamento, poda, secagem e operação mecânica para combate às pragas e controle de doenças. Para o exercício destas tarefas, a mão-de-obra é, por um lado, menos numerosa, por outro, há situações em que todo trabalhador só quer se dedicar a tais tarefas, ocasiões em que o empresário o necessita para trabalhos de menor exigência técnica. Mas, geralmente, a carência de mão-de-obra (quando se apresenta) é mais acentuada para atividades que demandam mais especialização.

Há, por vezes, insatisfação da parte contratante quanto à preparação técnica da mão-de-obra. Esta insatisfação é relacionada à ineficiência em que permanece o trabalhador após a realização do treinamento (considerado de muito curta duração).

Quanto ao técnico de nível médio, praticamente é ainda inexistente como trabalhador nas empresas rurais particulares. A maior parte dos técnicos em agropecuária preparados pela CEPLAC em nível médio é ainda absorvida pela própria instituição (61%) ou outras instituições agrícolas da Região, como indica o Quadro 1, numa série histórica de 11 anos.

Pode-se considerar que há um índice relativamente elevado de absorção na própria região cacauzeira. Do total de técnicos em agropecuária formados pela EMARC

Quadro 1 - Ocupação dos egressos do Curso Profissionalizante em Agropecuária no período 1967/77 da EMARC.

OCUPAÇÃO	%
CEPLAC	61,0
Outras instituições agrícolas	14,0
Curso superior concluído ou a concluir	12,0
Sem informações	8,0
Outros	5,0
TOTAL	100,0

FONTE: Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira - Centro Profissionalizante e de Treinamento de Mão-de-Obra. Relatório Anual. Jan/Dez. Uruçuca-Bahia.

no referido período, 80% são oriundos da região cacaueira. Este dado é um indicador de que é irrelevante a evasão de técnicos de nível médio para fora desta região, quando confrontado com os dados do Quadro 1.

A carência de nível técnico da mão-de-obra na cacauicultura reflete um problema comum da agricultura brasileira. O técnico ainda permanece apenas a nível de órgãos públicos, não sendo generalizado este nível a ponto de ser absorvido pelos empresários rurais. Isto representa a carência de material humano preparado para garantir o processo de autodesenvolvimento.

Em síntese, os dados não revelam uma situação angustiante quanto à carência de mão-de-obra e, quando

se manifesta, parece comprovar-se a hipótese da relatividade.

Percebe-se que existem limitações de ordem estrutural e limitações a nível de empresa atuando na eficiência do processo produtivo. No primeiro grupo coloca-se, por exemplo, o isolamento no sentido referido. A nível de empresa, os fatores que atuam na limitação do trabalhador na roça de cacau podem ser reunidos em dois grupos. Basicamente, são: insatisfação do trabalhador com as condições que a empresa oferece (salário, residência, facilidades) ou insatisfação do empresário com a produtividade do trabalhador.

As aspirações do trabalhador rural

As aspirações do trabalhador rural estão inseridas num amplo contexto teórico. Tais aspirações são fundamentalmente de caráter econômico que, em síntese, podem ser expressas como uma aspiração pela posse dos bens de produção. Esta é, em última análise, a aspiração dentro do sistema capitalista de produção, determinando as lutas de classe. Nesta luta inserem-se os movimentos migratórios, ora limitando, ora suprimindo o mercado de mão-de-obra. Do desejo ou da angústia nasce a mobilidade social.

Considerando as camadas rurais no Brasil, VINHAS (10), por exemplo, coloca que as aspirações e reivindicações dos "trabalhadores sem terra ou com um mínimo de terra" são no sentido de solucionar as suas condições de vida através da coletivização, bem como, aspiram por uma propriedade de terra.

Na impossibilidade de concretizar as aspirações de posse dos bens de produção, o trabalhador passa, então, a aspirar por melhores condições de vida, mesmo que seja através da venda de sua força de trabalho. Assim é que seus interesses se voltam, normalmente,

para o meio urbano, porque sabe que, em princípio, lá poderá obter certos benefícios sociais provenientes da proteção pública, instituições coletivas, acesso mais fácil aos recursos, enfim, certas vantagens que, somadas, poderão oferecer melhores condições das que se encontram no meio rural.

O fator "expulsão", por vezes confundido com "aspiração", já mereceu atenção de estudiosos dos problemas agrários.

VIEIRA (9), menciona estudos de Accioly Borges, que analisando os movimentos migratórios no Brasil, constata que as migrações do Nordeste e Leste em direção ao centro sul do país são impelidas por aspirações de ordem econômicas (salários).

Na região cacaueteira da Bahia, alguns estudos sobre as aspirações e migrações da mão-de-obra têm mostrado que as migrações são basicamente movidas por razões econômicas. RAMALHO (4) encontrou associação entre o nível de aspiração migratória e as vantagens oferecidas pelos centros urbanos através de serviços e assistência ao operário. Além disto, 61% dos trabalhadores urbanos deseja retornar ao meio rural desde que se ofereçam as vantagens do setor urbano, como: diferenças salariais com relação à remuneração do fim de semana; horas extras; 13º salário; gratificações e outras. Para os trabalhadores, o meio rural oferece uma vantagem que atua como força de retenção da mão-de-obra, através do custo de vida, que se torna menor mediante o não pagamento de aluguel e a obtenção de alimentos na própria fazenda ou possibilidade de criar e plantar para o próprio benefício.

O caráter econômico das aspirações se manifesta de forma variada. Assim é que a estrutura fundiária está associada com as tendências a emigrar. RAMALHO (4) encontrou tendência a deixar o cacau entre propriedades médias, no nível de 57,7%. TOURINHO (8), estudando a migração rural-urbana num município da Bahia, encontrou fenômeno semelhante. Verificou que o desejo

de urbanizar-se (ir para a cidade) é maior nas propriedades de tamanho médio. Esta aspiração é de 78,2% na pequena propriedade, 90,7% na média e 81% na grande propriedade. Este tipo de relação é um fenômeno que não parece adstrito à região cacauífera da Bahia, pois CORDOBA (2), estudando recursos sociais na região cacauífera de Cahuita, Costa Rica, também encontrou maior uso de trabalhadores temporários em propriedades de tamanho intermediário. Certamente, este fenômeno está relacionado com o nível habitacional e estabilidade de no trabalho oferecidos pelas fazendas de cacau, de acordo com diferentes estratos. As pequenas propriedades utilizam mão-de-obra familiar, enquanto que as grandes têm possibilidades de manter mão-de-obra assalariada permanente, mediante o trabalho constante, melhores salários e melhores condições habitacionais, condições estas difíceis de serem oferecidas pelas fazendas de tamanho médio e sem condições de subsistir mediante o uso de apenas mão-de-obra familiar. Esta explicação se confirma em TOURINHO (7), quando observa que o maior desejo em abandonar a agricultura está entre os trabalhadores das propriedades médias, enquanto que, nas grandes propriedades, é mais intenso o desejo de não mudar. Entre os que pretendem mudar, as razões são: salários, regime de trabalho e saúde.

Além dos fatores salário, gratificações, regime de trabalho, saúde, serviços assistenciais e estrutura fundiária que, juntos, implicam numa questão de ordem econômica, são geralmente encontradas associações entre aspirações migratórias e outras variáveis. Assim, RAMALHO (4) observa que os trabalhadores mais jovens, aqueles sem dependentes e aqueles com maior interação com os meios de comunicação tendem a emigrar mais facilmente. Isto aliás, confirma a teoria dos movimentos migratórios no que diz respeito ao processo seletivo que estes realizam. Entretanto, é de se fixar atenção ao fato de que, se estas variáveis, a princípio não econômicas, estão associadas ao desejo de emigrar, tais variáveis encobrem uma aspiração de caráter econômico. Em outros termos, os mais jovens e desincumbidos de responsabilidades com dependentes

que limitam a mobilidade, e mais bem informados, estão em melhores condições de procurar novos mercados de trabalho e atender suas aspirações de melhores condições econômicas que possibilitarão melhores condições de vida.

Em síntese, diante do que as pesquisas nos mostram, pode-se dizer que, como qualquer categoria social, o trabalhador rural aspira por melhores condições de vida. Isto se concretiza por um desejo profundo em obter a posse de meios de produção (pelo menos, dentro do sistema capitalista de produção). Na impossibilidade de concretizá-lo, desenvolve-se no trabalhador o desejo de melhorar as condições salariais. Paralelo a este, um desejo em obter amparo legal e proteção no trabalho. O desejo, frequentemente expresso, de melhores condições assistenciais é uma aspiração que se resume em suprir as deficiências ou complementações salariais.

O meio urbano

A partir dos dados obtidos, conforme método e técnicas expostos anteriormente, analisa-se o mercado de trabalho urbano (restrito ao setor de construção civil), quanto à sua capacidade de absorção de mão-de-obra emigrada no meio rural.

O setor urbano Itabuna-Ilhéus apresenta recentemente um crescente campo de absorção de mão-de-obra localizado na construção civil. Os dados do Quadro 2 nos possibilita uma ligeira análise histórica da performance nesta área de construção.

De 76 a 77 verifica-se uma multiplicação acelerada, em área a ser construída. Duplicaram-se os alvarás de construção acima de 500 m² neste período. A partir de 76, iniciam-se construções acima de 3.000 m².

A construção civil apresenta-se, assim, como um setor em expansão nestes dois centros urbanos, trans-

QUADRO 2 - PERFORMANCE DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM ITABUNA E ILHÉUS.

A N O	I T A B U N A				
	Nº de Alvarás	m ²	** $\bar{X}$ (m ²)	Nº de Alvarás acima de 500 m ²	Nº de Alvarás acima de 3.000 m ²
1973	83	25.814	311	8	-
1974	115	23.222	202	7	
1975	253	47.018	186	16	-
1976	144	12.947	90	16	1
1977	203	100.327	494	30	5
1978*	202	64.455	319	25	4

A N O	I L H É U S				
	Nº de Alvarás	m ²	** $\bar{X}$ (m ²)	Nº de Alvarás acima de 500 m ²	Nº de Alvarás acima de 3.000 m ²
1973	44	7.979	181	4	-
1974	74	18.222	246	5	-
1975	98	3.393	151	4	-
1976	92	34.450	374	8	2
1977	157	497.661	3.169	15	6
1978*	83	94.222	1.135	10	4

FONTE: Secretaria de Obras das Prefeituras de Itabuna e Ilhéus

* Dados até 20 de setembro

** Média em m² das construções.

formando-se numa área potencialmente capaz de absorver em grande escala mão-de-obra não especializada, área esta até então inexpressiva nestes centros e, talvez, a que mais se apresenta agora capaz de absorver o trabalhador da roça. WERNECK (11), em pesquisa realizada recentemente em São Paulo e Rio de Janeiro, observa que a indústria de construção é a maior absorvedora da população migrante recente. Está entre

as que absorvem maior porcentagem de analfabetos e indivíduos com curso primário incompleto.

Das 15 firmas construtoras* de relevância que operam em Itabuna - Ilhéus, 10 forneceram informações aleatoriamente sobre a mão-de-obra. A variação quanto à intensidade de mão-de-obra utilizada é de 50 até 900 entre pedreiros e serventes.

Destas construtoras, 5 revelaram dificuldade em encontrar trabalhadores no local ou, pelo menos, trabalhadores que se adaptem ao serviço. Geralmente, as firmas não operam com todo seu potencial, pois mais de 50% delas absorveria (na ocasião do levantamento) de 20% a 80% de mão-de-obra, além da utilizada, caso estivesse disponível.

Absorve-se, geralmente, mão-de-obra trazida de fora da região cacauieira pelas próprias construtoras ou vinda em busca de novas oportunidades de trabalho no ramo da construção civil. As regiões da Bahia que mais fornecem força de trabalho neste ramo para este centro são: Salvador, Feira de Santana, Jequiê e Irecê. Outros estados também são fornecedores. Assim, encontram-se trabalhadores trazidos de Brasília, DF e Petrolina, PE. A mão-de-obra local é normalmente absorvida numa percentagem muito reduzida. Exemplificando, uma construtora que absorvia na ocasião 900 trabalhadores, dos quais 45% vindos de Feira de Santana, 23% de Jequiê e 26% de Salvador**, absorve apenas 6% da própria região, especialmente do meio rural. Quando estes são absorvidos, geralmente prestam-se para o trabalho de servente, ou seja, trabalho não especializado.

* Dados fornecidos pelo setor de cadastro da Secretaria de Obras das Prefeituras de Itabuna e Ilhéus.

** Mão-de-obra de nível superior é, praticamente na sua totalidade, vinda da Capital do Estado.

A técnica de solucionar a carência de mão-de-obra local através da importação de trabalhadores de outras regiões, não pareceu mostrar-se muito eficiente a longo prazo para as construtoras. Todas observaram uma desistência ou rotatividade intensa por parte dos seus trabalhadores, especialmente em se tratando de serventes. Dificilmente se adaptam ao regime de trabalho diante das condições de vida que o setor urbano oferece.

O setor urbano da região do cacau (Itabuna-Ilhéus) exerce, no presente, uma "atração" da mão-de-obra, não pelas condições de vida que oferece, mas pela crescente oportunidade de trabalho, confirmando a hipótese inicial da atual ampliação do mercado de trabalho para esta região, juntando-se à ampliação que a execução das metas do PROCACAU (1) podem gerar.

Em termos salariais, o setor de construção civil não apresenta melhores atrações para o trabalhador rural. Por ocasião do levantamento dos dados (outubro/78), o valor médio pago ao trabalhador rural não qualificado era de aproximadamente Cr\$ 65,00/diária, segundo dados da DISEC/CEPEC/CEPLAC, correspondendo a uma remuneração nominal superior ao pagamento recebido pelo servente na construção civil que era de aproximadamente Cr\$ 7,00/hora, segundo informações obtidas junto às construtoras locais. Mas o trabalho no meio urbano sempre oferece benefícios sociais maiores, especialmente no que se refere à proteção ao trabalhador contratado sob o regime da legislação trabalhista, o que dificilmente ocorre no meio rural. É uma "atração" (entre aspas) enquanto é mais uma opção de trabalho ao trabalhador insatisfeito com as condições da roça.

Síntese

Diante das análises em torno dos dois meios (rural e urbano), pode-se chegar a algumas colocações:

1. Sejam quais forem as condições de vida do trabalhador no meio uabano, o certo é que este meio apresenta potencialmente grande capacidade de absorção (no momento e a médio prazo) de mão-de-obra não qualificada, ou seja, daquela que exerce tarefas possíveis de serem executadas pelo trabalhador da roça, sem alguma especialidade técnica. É uma possibilidade a mais de trabalho e, na medida que se ampliam as possibilidades, maior será o poder de barganha do empregado diante do empregador.
2. A literatura mencionada faz referências aos movimentos migratórios como limitantes da força de trabalho. Há que se considerar, porém, um aspecto que talvez esteja inserido no processo migratório. Fala-se da rotatividade da mão-de-obra. Esta é uma lamentação por parte dos produtores e há razão para isto, pois a alta rotatividade cria um estado de insegurança quanto à presença de força de trabalho suficiente para a fazenda.
3. A carência de mão-de-obra não se apresenta significativa. Quando existe, está associada a outros fatores e, por isto, diz-se que é relativa.
4. Aspectos de ordem econômica e a tentativa de melhores condições de vida são colocados como determinantes das migrações. A busca de melhores condições de vida é, segundo o estudo de REIS (5), uma determinante pela qual os trabalhadores emigram.
5. A insegurança quanto à presença de força de trabalho manifesta-se diante de aspectos de ordem econômica, de nível de vida ou cultural. De ordem econômica, é a insatisfação salarial; de nível de vida, é a carência de residências e

de facilidades na fazenda; de ordem cultural é a qualidade da mão-de-obra que, diante da ineficiência, leva à insatisfação por parte do empregador e que se transforma num desgosto para o empregado. Estes aspectos unem-se ao fator isolamento da fazenda com relação ao asfalto. Sendo este um elemento que possibilita maiores facilidades e oportunidades, o trabalhador passa a localizar-se naqueles ambientes onde supõe encontrar melhores condições de vida.

6. As aspirações do trabalhador rural são aspirações econômicas que se traduzem no desejo da posse de bens de produção ou melhores condições salariais e proteção trabalhista.

CONCLUSÕES

Considerações ante os resultados

Esta pesquisa não identificou uma evidente carência de mão-de-obra na cacauicultura baiana, quanto parecem indicar resultados obtidos sobre cálculos matemáticos. O certo é que maiores informações serão necessárias para enriquecer uma visão realista do problema em questão.

Se pairam muitas dúvidas quanto à carência absoluta de mão-de-obra, uma coisa é menos duvidosa: a carência relativa, isto é, uma mão-de-obra que se adapte às condições de vida da roça, que satisfaça à produtividade esperada pelo empresário rural e que preencha os requisitos necessários para o desenvolvimento da cacauí cultura na Região.

Que medida adotar para suprir esta deficiência?
Importar mão-de-obra como forma de atingir as metas do PROCACAU?

A experiência do setor de construção civil em trazer mão-de-obra não especializada de outras regiões não parece muito proveitosa, dado às fáceis desistências que aquela apresenta, transferindo-se em pouco tempo para outros setores de serviços ou outras regiões, se não retornando para a região de origem, em face da insatisfação pelas condições de vida que está oferecendo a região cacaueira.

A busca de mão-de-obra para a cacauicultura em regiões fora desta cultura não parece ser boa medida, considerando as consequências sócio-econômicas que daí poderão advir para a Região.

A transferência em massa de trabalhadores de outras regiões para as fazendas de cacau implicaria em aparelhar estas com mais residências para abrigá-los, além de oferecer boas condições de vida, sob pena de que parte desta mão-de-obra venha a ser absorvida pelo setor urbano da Região, que se apresenta com um mercado de trabalho em ascensão.

O trabalhador imigrante exigiria um período de treinamento nas lides de cacau. Ora, havendo esta necessidade, a importação de mão-de-obra não se apresenta uma solução a curto prazo. A longo prazo, a mão-de-obra local também pode ser qualificada.

Há que se considerar ainda outros aspectos de ordem sócio-econômica que possa derivar de uma importação de trabalhadores.

O centro urbano da região cacaueira (Itabuna-Ilhéus apresenta uma deficitária infra-estrutura, incapaz de absorver a população local existente, principalmente em termos de residência e alimentação. O deslocamento de um contingente populacional para esta região seria um fator a mais no aumento da acentuada inflação nesses setores e um aumento da população economicamente marginalizada. A longo prazo, instalar-se-iam bolsões de "exército de reserva" a mercê de uma oportunidade econômica que dificilmente chega, dado à inadequação

entre esta mão-de-obra e a oferta de emprego. Assim, estar-se-ia dando condições favoráveis à proliferação de problemas sociais para a região, proveniente da classe economicamente marginalizada e consciente da sua incapacidade de ascensão social.

Uma política de importação da mão-de-obra, se, apesar dos aspectos limitantes do sucesso, trouxer alguma solução ao fazendeiro, pela redução dos custos de produção com abundante oferta de força de trabalho, sempre será uma solução individualista. Para uma organização que, além de se interessar pelo aumento quantitativo da economia, tem como objetivo o desenvolvimento sócio-econômico regional, uma boa política será aquela que melhor atender os interesses gerais ou, pelo menos que atenda às necessidades da maioria.

Considerações de ordem prática

Ainda que mais dados sejam necessários para medidas políticas de longo alcance, algumas indicações de ordem prática podem ser colocadas, diante das informações que esta pesquisa nos oferece.

1. A curto prazo, manter um banco de informação de oferta de mão-de-obra e emprego local, possivel mente auxilia na alocação adequada da mão-de-obra. Desta forma, poderia haver um movimento migratório interno à própria Região, evitando consequências negativas que possam advir do acréscimo de outra população, favorecendo também a uma melhor distribuição regional da força de trabalho.
2. O processo migratório parece ser um fenômeno inevitável; em muitas ocasiões, benefício, outras vezes, com efeitos desagradáveis.

A solução a um problema sempre implica o tipo de solução que se quer dar. Quanto ao nível de vida do trabalhador, ao que indicam as pesquisas, uma solução significativa é dar a ele a

posse de meios de produção, ou seja, terra. Certamente isto não solucionará o problema quando se trata de carência de mão-de-obra; ao contrário, poderá aumentá-la. Entretanto, para uma solução que deverá ser inevitável, os dados sugerem melhorar as condições de vida do trabalhador rural, atendendo suas aspirações que são essencialmente econômicas.

3. As fazendas de cacau, à medida que se afastam de importantes rodovias, estarão forçadas a se empenhar mais em apresentar melhores condições de vida ao trabalhador.

4. Diante do comportamento do mercado de trabalho local, apresentam-se necessários:

da parte do empregador, oferecer ao trabalhador mais segurança de emprego;

da parte do empregado, manter mais persistência no emprego.

Para que isto se concretize, algumas medidas são indispensáveis:

cumprimento dos contratos de trabalho segundo a legislação trabalhista;

informação ao trabalhador dos seus direitos e deveres dentro do referido regime de trabalho;

melhoramento do nível educacional do trabalhador e sua família e oferecer condições favoráveis para tanto;

facilitar e fomentar aos empregadores a construção de mais residências para trabalhadores nas fazendas, além da promoção de atividades sociais.

Considerações metodológicas

Uma projeção da necessidade de mão-de-obra não nos parece tão simples quanto indicam os dados provenientes do manuseio numérico.

Através de métodos diferentes, esta pesquisa chegou a resultados também diferentes de outros estudos, quanto a este problema. Se admitimos uma carência numérica de mão-de-obra, tal conclusão implica em pressupostos que merecem consideração:

1. Previsões econométricas das necessidades de mão-de-obra pressupõem o fator humano de produção como um fator estável.
2. Concluir que um empresário rural terá carência de mão-de-obra para executar determinadas atividades é supor que seus critérios de tomada de decisão sejam sempre critérios racionais, isto é, com base técnica, ou no cálculo matemático das necessidades exigidas para cumprir as atividades da fazenda.

Tais pressupostos dificilmente se aplicam à realidade. Daí uma questão: até que ponto é válido deduzir a necessidade de mão-de-obra a partir do simples resultado numérico? Possivelmente os números servem como indicadores, mas certamente outros critérios merecem consideração para conclusões mais realistas em torno desta problemática.

Além das considerações metodológicas de ordem teórica acima colocadas, algumas sugestões metodológicas de ordem prática podem ser postas para pesquisas posteriores de maior rigor metodológico.

Para efeito da amostra: 1º) delinear um mapa com as vias de transporte da Região, categorizando tais vias segundo sua qualidade e mobilidade real sobre as

mesmas; 2º) dividir os produtores em estratos, de acordo com a quantidade de produção; 3º) dividir a Região em grupos, obedecendo a categoria de estrada como limite geográfico do grupo e abrangendo os vários estratos de produtores.

Para efeito do levantamento de dados, algumas questões utilizadas por este estudo no roteiro de entrevistas* poderão ser mais elucidativas quando especificadas, como, por exemplo: "Há falta de trabalhadores nesta fazenda durante o ano?" Esta pergunta poderá ser desmembrada para maiores esclarecimentos: Em que época do ano? Que espécie de trabalhador? Durante quanto tempo? Quantos trabalhadores tem agora? Quantos trabalhadores a mais são necessários?

Em outras questões, para efeito de codificação, sugerem-se respostas mais prováveis a ocorrer, como na questão "Para que serviço é mais difícil encontrar trabalhador?": - Para operador de máquina (motor); - Para poda; - Para plantio (balizamento, sombreamento, etc.); Para colheita; Para barcaceiro; - Outras atividades.

Na questão "Que fatores mais dificultam a permanência de trabalhadores na fazenda?": - falta de residência (casa) para trabalhador; - baixo rendimento do trabalhador; - insatisfação salarial por parte do trabalhador; - trabalho muito pesado; - outras. Para esta última questão, há necessidade de atenção crítica por parte do pesquisador, quanto à validade da resposta vez que, em se tratando de opinião pessoal, possivelmente haverá resposta preservando a causa própria, o que se torna invalidado em termos científicos.

* Veja-se em ANEXO: "Roteiro de entrevistas para a pesquisa de mão-de-obra entre proprietários ou responsável na contratação dos trabalhadores (administrador) nas fazendas de cacau".

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA PESQUISA DE MERCADO DE EMPREGO ENTRE CONSTRUTORAS:

01. Normalmente, de onde trazem os trabalhadores?
02. Há dificuldade em encontrá-los?
03. Nível de desistência do emprego.
04. Tipo de contrato (hora, dia, mês, empreitada).
05. Quantos trabalhadores estão contratados no momento?
06. Quantos seriam necessários, ainda? Quantos seriam absorvidos ainda, caso fossem disponíveis?
07. Como justifica as desistências, quando se apresentam?

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PESQUISA DE MÃO-DE-OBRA ENTRE PROPRIETÁRIOS OU RESPONSÁVEIS (ADMINISTRADORES) NA CONTRATAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS FAZENDAS DE CACAU:

01. Há falta de trabalhadores nesta fazenda, durante o ano?
02. Para que serviço é mais difícil encontrar trabalhador?
03. Onde busca trabalhadores?
04. Onde é mais fácil encontrar trabalhadores?
05. Fatores que mais dificultam a permanência de trabalhadores na fazenda.

BIBLIOGRAFIA

1. COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA-CEPLAC. Diretrizes para expansão da cacauicultura nacional 1976-1985 - PROCACAU. Brasília, CEPLAC, 1977, 190p.
2. CÓRDOBA, T.J. - Estudio sobre los recursos sociales de la región cacaotera de Cahuita en la zona Atlântica, Costa Rica. Turrialba, Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, 1967. 146p. Tese (MS).
3. COSTA, Manoel Augusto. Migrações Internas no Brasil. Rio de Janeiro; Instituto de Planejamento.
4. RAMALHO, Helomar Duarte. Escassez de mão-de-obra na Região Cacaueira da Bahia, Fatores Condicionantes. Porto Alegre, Centro de Estudos e Pesquisas, UFRGS; 1976. Tese (Mestrado de Sociologia Rural), 90p.
5. REIS, Ana Bianchi dos. Mão-de-obra e elementos de relações de produção. In: Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacaueira, v.11. Ilhéus, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, 1976.
6. SELLTIZ, et alli. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo, Herder. 1971. 687p.
7. TOURINHO, Manoel Malheiros. Migração da mão-de-obra agrícola na zona cacaueira da Bahia. Cacau Atualidades, 11 (2), 1974.
8. TOURINHO, Manoel Malheiros. Contribuição ao estudo da migração rural-urbana num município da

Bahia, Brasil. Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA. Centro de Ensino e Investigação. Turrialba, Costa Rica, 1970.

9. VIEIRA, Jorge Raymundo Castro. Alguns aspectos Sócio-Econômicos relacionados com a mão-de-obra em fazendas de cacau, Ibirapitanga, Bahia, Brasil. Turrialba, Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da O.E.A., 1969.
10. VINHAS, Mário. Problemas Agrários. Camponeses do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
11. WERNECK, Dorothea Fonseca Turquim. Emprego e salários na Indústria de Construção. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1978. In: Planejamento & Desenvolvimento, Ano 6, nº 69. Rio de Janeiro, fev. 79.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA – CEPLAC

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Ângelo Amaury Stabile – Ministro da Agricultura

Vice-Presidente

Benedito Fonseca Moreira – Diretor da CACEX

Secretário Geral da CEPLAC

José Haroldo Castro Vieira

Ministério da Indústria e Comércio

Carlos Pereira Filho

Governo do Estado da Bahia

Renan Rodrigues Baleeiro

Governo do Estado do Espírito Santo

Emir Macedo Gomes

Banco Central do Brasil

Paulo César Ximenes Alves Ferreira

Produtores de Cacau

Osvaldo Xavier de Oliveira

SECRETARIA GERAL

Secretário Geral

José Haroldo Castro Vieira

Secretário Geral Adjunto

Emo Ruy de Miranda

Diretor Científico

Paulo de Tarso Alvim

DIRETORIA REGIONAL

Diretor Regional

Fernando Vello

Diretor do Departamento Administrativo

Lício de Almeida Fontes

Diretor do Centro de Pesquisas do Cacau

Luiz Ferreira da Silva

Diretor do Departamento de Extensão

Antonio Manoel Freire de Carvalho

Diretor do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento

Ivan da Costa Pinto Gramacho

Diretor da Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira

João Luiz de Souza Calmon

PROGRAMA ESPECIAL DA AMAZÔNIA

Diretor do Departamento Especial da Amazônia

Frederico Monteiro Álvares Afonso

Editor

Jorge Octavio Alves Moreno

CEPLAC
Divisão de Comunicação